

ACTA NÚMERO 273/XII/4.^a SL

Aos 24 dias do mês de junho de 2015, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 09 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Discussão e votação, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Lei n.º 304/XII/4^a (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 86/95, de 1 de setembro, que aprova a lei de bases do desenvolvimento agrário";
- Proposta de Lei n.º 306/XII/4^a (GOV) - "Estabelece o processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris e o registo do prédio que seja reconhecido enquanto tal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro";
- Proposta de Lei n.º 307/XII/4^a (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária";
- Projeto de Lei n.º 157/XII/1^a (PS) - "Estabelece o Regime Jurídico da Estruturação Fundiária."

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente da Comissão Deputado Vasco Cunha, que cumprimentou todos os Senhores Deputados presentes

No ponto 1 da OD procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 304/XII/4^a (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 86/95, de 1 de setembro, que aprova a lei de bases do desenvolvimento agrário".

A votação decorreu de acordo com o guião de previamente elaborado, tendo a PPL sido aprovada.

No ponto 2 da OD procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 306/XII/4ª (GOV) - "Estabelece o processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris e o registo do prédio que seja reconhecido enquanto tal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro".

A votação decorreu de acordo com o guião previamente elaborado, tendo a PPL sido aprovada.

No ponto 3 da OD procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 307/XII/4ª (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária" e do Projeto de Lei n.º 157/XII/1ª (PS) - "Estabelece o Regime Jurídico da Estruturação Fundiária".

No que concerne a estas iniciativas foi apresentado um texto comum (pelos GPs do PSD, CDS-PP e PS) e foi sobre ele que recaíram as propostas de alteração e consequentemente elaborado o respetivo guião de votações.

A discussão decorreu de acordo com o guião, tendo o texto comum sido aprovado.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados: Cristóvão Norte

Helena Pinto
João Paulo Viegas
João Ramos
Jorge Fão
Manuel Isaac
Manuel Mota
Maria José Moreno
Miguel Freitas
Nuno Serra
Pedro do Ó Ramos
Pedro Lynce
Ulisses Pereira
Vasco Cunha
Ana Paula Vitorino
Mário Magalhães

Maurício Marques
Valter Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte
Fernando Marques
Jorge Rodrigues Pereira
Luís Pedro Pimentel
Mário Simões
Pedro Alves
Renato Sampaio
Rosa Maria Bastos Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus
José Luís Ferreira

Palácio de São Bento, 24 de junho de 2015

.O Presidente

(Vasco Cunha)